



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001137-92.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **Vitor Pereira dos Santos**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Vitor Pereira dos Santos propôs a presente ação contra a ré Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A, pedindo a condenação desta no pagamento de R\$ 8.775,00, já descontado o valor recebido administrativamente de R\$4.725,00. Aduz que foi vítima de acidente de trânsito em 01/05/2015, sofrendo lesões de natureza grave.

A ré, em contestação de folhas 34/46, suscitou preliminar de falta de pressuposto processual pela ausência do laudo de exame de corpo de delito. No mérito, requereu a improcedência do pedido, alegando: a) o pagamento realizado administrativamente ter extinguido a obrigação; b) que no caso de condenação em juros de mora, deverá ser fixado a partir da citação; c) que na hipótese de condenação a correção monetária deverá incidir a partir do ajuizamento da ação.

Réplica de folhas 95/108.

Decisão saneadora de folhas 109/110.

Laudo pericial juntado as folhas 131/135.

Manifestação da ré as folhas 139/143 e do autor as folhas 144/146.

Decisão de folhas 144 homologou o laudo pericial e encerrou a instrução.

Memoriais da ré de folhas 151/154 e do autor de folhas 155/157.

Relatei. Decido.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Passo ao julgamento do feito, sendo impertinente a prova oral, orientando-me pela prova pericial produzida.

A preliminar suscitada pela ré foi afastada por ocasião do saneamento do processo.

Pretende o autor o recebimento de indenização do seguro DPVAT, decorrente do acidente de trânsito ocorrido em 01/05/2015, que lhe teria restado invalidez permanente, descontado o valor recebido administrativamente.

O laudo pericial de folhas 131/135 concluiu que o autor apresenta invalidez total e definitiva (**confira folhas 134**, correspondente a 100% da tabela da Susep).

A ré informou que efetuou o pagamento administrativo em duas oportunidades: em 03/08/2015 no valor de R\$ 4.725,00; e em 09/11/2015 no valor de R\$ 1.687,50 (**confira folhas 37**).

O autor não impugnou ter recebido tais quantias.

Dessa maneira, o autor faz jus ao recebimento da diferença entre o valor de R\$ 13.500,00 e os valores já recebidos administrativamente, perfazendo a quantia de R\$ 7.087,50, atualizada a partir da data do acidente e acrescida de juros de mora a partir da citação.

**Nesse sentido:**

AÇÃO DE COBRANÇA. Seguro DPVAT. Pedido de indenização pelo teto de R\$ 13.500,00. Acidente ocorrido no dia 28 de novembro de 2009, quando a vítima "saltou" do veículo em movimento. Falecimento da vítima no dia 30 de novembro seguinte em razão das lesões causadas com a queda. SENTENÇA de procedência. APELAÇÃO da Seguradora ré, que reitera o Agravo Retido para a extinção do processo sem julgamento de mérito pela ausência de prévio requerimento administrativo, sustentando no mérito a ausência de nexo de causalidade. REJEIÇÃO. Caso que não comportava a extinção imediata reclamada no Agravo. Pretensão resistida com defesa formal. Comprovação do acidente e das lesões que culminaram com a morte do acidentado. Nexo causal bem configurado. Indenização devida pelo teto, **com correção monetária contada do evento danoso e juros de mora contados da citação.** Aplicação do artigo 3º, inciso I, da Lei 6.194/74 com as alterações supervenientes. Sentença mantida. RECURSOS NÃO PROVIDOS (Apelação



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

0001765-14.2012.8.26.0607 Relator(a): Daise Fajardo Nogueira Jacot; Comarca: Catanduva; Órgão julgador: 27ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 05/07/2016; Data de registro: 12/07/2016).

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 467, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 7.087,50 a ser atualizada desde a data do acidente, com juros de mora a partir da citação. Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% sobre o valor da condenação, ante o bom trabalho realizado nos autos.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 18 de julho de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**